

O pesquisador e as crianças em investigações sobre a infância: algumas considerações¹

Renata Lopes Costa Prado é psicóloga, mestra em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutoranda em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Contato: renatalopescostaprado@usp.br

Resumo

A discussão acerca da relação pesquisador e “pesquisado” é clássica na história das ciências. Ela remete a reflexões sobre assimetrias de poder, que, no caso de pesquisas com crianças, podem ser redobradas, já que a sociedade ocidental moderna é estruturada também por hierarquias etárias. Refletir sobre essas relações e suas implicações para pesquisas com crianças é o objetivo deste artigo, que conta, para tanto, com aportes da literatura sobre pesquisa qualitativa e dos chamados novos estudos sociais da infância. Conclui-se que, apesar de a convivência entre as pessoas no processo de pesquisa ser construída sempre de forma singular, a explicitação de pontos de atenção e de recomendações gerais, se não for tomada como receita, pode ser útil para a inserção do pesquisador no campo, por favorecer uma postura marcada pela reflexividade, tal como proposta por Pierre Bourdieu.

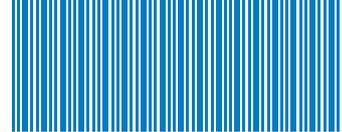
Palavras-chave: crianças; pesquisa qualitativa; novos estudos sociais da infância.

Abstract

The discussion about the relationship between researcher and researched is a classic in the history of science. It brings reflections on power asymmetries, which, in the case of research with children, may be multiplied, as the modern Western society is also structured by age hierarchies. Reflecting on those relationships and their implications for research with children is the aim of this article. For such, we have counted on the contribution of the literature on qualitative research and so-called new social studies of childhood. We conclude that, despite the relationships between people in the research process be always built uniquely, a clearer point of attention and general recommendations, if not taken as prescription, may be useful for the insertion of the researcher in the field, by promoting an attitude marked by reflexivity, as proposed by Pierre Bourdieu.

Keywords: children; qualitative research; new social studies of childhood.

1. Trabalho elaborado no âmbito do desenvolvimento da tese de doutorado da autora, *A participação das crianças na pesquisa acadêmica brasileira: ausências, usos e abusos de suas vozes*, que conta com o financiamento da CAPES.

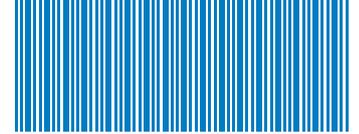


A sociedade ocidental moderna pode ser caracterizada como adultocêntrica, na medida em que se estrutura em hierarquias etárias, consideradas, por sua vez, um dos eixos constitutivos das desigualdades sociais contemporâneas (ao lado de gênero, raça e classe). Na prática, uma tradução disso tem sido as crianças sendo alijadas de seu direito à voz e à participação em questões que lhes dizem respeito (Cussianovich e Márquez, 2002; Freitas, 2004; Bernardi, 2005).

Pesquisas sobre a infância em diversas áreas mostram quanto pouco sua voz é considerada. Tal observação é feita também em relação à produção acadêmica e especializada. James; Prout (1997) consideram que a história dos estudos sobre a infância nas Ciências Sociais é marcada não pela ausência de interesse nas crianças, mas por seu silêncio. Os mais importantes aspectos da vida das crianças não são diretamente focados e elas, muitas vezes, têm sido representadas por instituições que servem também (ou principalmente) a outros interesses. Nesse sentido, Qvortrup (1997) discute a ausência de representação da criança também nas estatísticas e contagens sociais como uma injustificada exclusão. Para ele, tal ausência parece ser um reflexo do seu *status* de minoria na sociedade. Nessas pesquisas, em geral, é a família das crianças que fala por elas. Conforme afirma o autor, o interesse pela família das crianças é legítimo, mas se distingue do interesse pelas próprias crianças, já que suas preocupações podem não ser as mesmas. A esse respeito, Rosemberg (2001) afirma que “nós, adultos instruídos, consideramos que sabemos não apenas o que é bom para os pobres, mas que agimos sempre em nome das crianças, ou do ‘maior interesse da criança’, o que, muitas vezes, resta provar (p. 20)”.

A ausência ou abafamento da voz das crianças na produção acadêmica e nas demais práticas sociais, bem como a tentativa contrária de dar-lhes realce, têm sido importante eixo temático dos chamados novos estudos sociais da infância. No plano político, o direito de crianças participarem do que lhes diz respeito tem sido considerado fundamental para assegurar o cumprimento dos demais direitos e garantir a vigência do princípio do “interesse maior da criança” (Cussiánovich; Márquez, 2002).

Assim, em anos recentes, procedimentos inspirados na etnografia têm proposto, cada vez mais, entender a infância sob



a óptica das crianças (Quinteiro, 2009; Bernardi, 2005; Campos, 2005; Moraes, 2007; Prado, 2009). E pesquisas que seguem essa perspectiva têm chegado a importantes conclusões. Rocha (2005), por exemplo, ao questionar as próprias crianças sobre sua pertença racial, apreendeu entre elas um sofisticado repertório conceitual sobre os termos cor e raça e “uma diversidade de pontos de vista comparável ao debate brasileiro contemporâneo sobre relações raciais” (p. 127). Woodhead (1999), por sua vez, depois de ouvir 300 crianças e adolescentes trabalhadores, em seis diferentes países, concluiu que o trabalho pode produzir efeitos muito variáveis, assim como varia o investimento pessoal de crianças e adolescentes em relação aos seus trabalhos, de acordo com o contexto e a cultura.

No entanto, se, por um lado, o recente crescimento da participação de crianças nas pesquisas pode ser positivamente avaliado, por outro, faz-se necessário investigar como tal participação vem sendo incorporada pela academia. Identificamos, por exemplo, em pesquisa sobre o tratamento dado por artigos acadêmicos da Psicologia ao tema trabalho infanto-juvenil, que abrir espaço para a fala de crianças e adolescentes trabalhadores não tem significado reconhecimento de sua condição como ator social: suas falas são consideradas como “ideológicas” e equivocadas quando não corroboram a posição defendida no texto (Prado, 2009).

Alguns autores chamam a atenção para a importância de o pesquisador levar em conta a desigual relação de poder nas pesquisas com crianças (Campos, 2005; Soares, 2006; Castro, 2008). Campos (2005) aponta que tal relação pode levar as crianças a fornecer as respostas que julgam serem as esperadas. Prado (2009), por sua vez, verificando omissão de informações sobre cuidados éticos nos artigos que analisou, sugere que tal descuido seja produzido por essa desigualdade, ao mesmo tempo que a reproduz.

Como se vê, são muitas as dificuldades que fazem parte do processo de abertura de espaço para a voz de crianças nas pesquisas (e nas demais práticas sociais). Considerando que a academia tem um importante papel na definição de políticas para as crianças e que seu discurso participa também da própria construção da infância, faz-se necessário discutir desafios em relação aos métodos de pesquisa, ao tratamento dos relatos das crianças, a devolutiva das pesquisas, entre outros aspectos. Neste artigo, a ênfase recai sob a relação entre pesquisador e pesquisado em investigações que se propõe a ouvir crianças. Conta-se, para tanto, com aportes da literatura sobre pesquisa qualitativa,



especialmente Bourdieu (1999) e Sato e Souza (2001), e dos novos estudos sociais da infância.

O texto está organizado em três partes. Na primeira são apresentadas discussões gerais sobre a relação entre pesquisador e pesquisados; na segunda são focalizadas a especificidade do lugar das crianças na sociedade e suas implicações para a pesquisa; e, na terceira e última parte, busca-se discutir caminhos e desafios da relação pesquisador adulto e criança pesquisada.

1. Relações entre pesquisador e pesquisado

Discutir a relação sujeito-objeto na pesquisa é, como nos lembra Sato e Souza (2001), retomar uma questão clássica da ciência. No primeiro capítulo de *Planejamento da pesquisa qualitativa: teoria e abordagens*, Denzin e Lincoln (2006) fazem uma boa análise do tema. Eles apontam que, desde o início do século XX, quando surgiu na forma interpretativa, a pesquisa qualitativa tem se deparado com uma questão de duas faces: a crença, por um lado, de que observadores qualificados pudessem descrever com precisão suas observações do mundo social, inclusive experiências de outros; e, por outro lado, a ideia de que haveria um sujeito real com a habilidade de relatar fielmente suas experiências (p. 33). Para a obtenção desses relatos precisos seria necessário, então, apoiar-se em métodos que lhes permitissem tal objetividade.

Rompendo com essas crenças, com a contribuição dos pós-estruturalistas e dos pós-modernistas, pesquisadores vêm compreendendo que “não existe nenhuma janela transparente de acesso à vida íntima de um indivíduo” (Denzin; Lincoln, p. 33). Aspectos como a linguagem, o gênero, a classe social, a raça – e também a idade – participam da construção de qualquer olhar. As observações, como lembram os autores, não são objetivas, mas situadas socialmente no mundo do observador e no do observado. Além disso, não há método capaz de apreender a experiência humana tal como vivida pelo sujeito.

Assim, o que nos é possível é a busca de aproximações, por meio de uma ampla variedade de métodos, em relação à experiência. E, nessa busca, como lembra Bourdieu (1999), “o sociólogo [ou o psicólogo, o antropólogo etc.] não pode ignorar que é próprio de seu ponto de vista ser um ponto de vista sobre um ponto de vista (p. 713)”.



Tal ponto de vista, bem como tudo o que é apreendido no processo investigativo, é também construído pela relação que se estabelece entre pesquisador e pesquisado. Como afirma Bourdieu:

ainda que a relação de pesquisa se distinga da maioria das trocas da existência comum, já que tem por fim o mero conhecimento, ela continua, apesar de tudo, uma *relação social* que exerce efeitos (variáveis segundo os diferentes parâmetros que podem a afetar) sobre os resultados obtidos (1999, p. 694, grifo do autor).

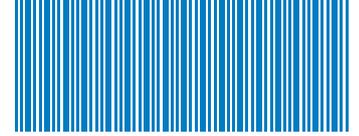
Buscar neutralidade partindo de uma anulação do observador é, portanto, busca inócua. Concordando mais uma vez com Bourdieu:

[...] a diferença não é entre uma ciência que realiza uma construção e aquela que não o faz, mas entre aquela que o faz sem o saber e aquela que, sabendo, se esforça para conhecer e dominar o mais completamente possível seus atos, inevitáveis, de construção e os efeitos que eles produzem também inevitavelmente (1999, p. 694-695).

Assim, é fundamental considerar que o relato dos sujeitos pesquisados é controlado pelas representações deles sobre o pesquisador (Sato; Souza, 2001), pois é claro que, enquanto são pesquisados, eles também nos pesquisam. Como afirma Sato (2008), “não há sujeitos que tenham, exclusivamente, a capacidade de conhecer e outros que, ao contrário, tenham apenas a de dar-se a conhecer” (p. 172-173).

A convivência entre as pessoas no processo de pesquisa é construída sempre de forma singular, considerando a singularidade do pesquisador e das pessoas envolvidas, a postura do pesquisador ao entrar – e permanecer – no campo, o momento de vida das pessoas do local, suas expectativas em relação à pesquisa etc. Dois aspectos, no entanto, merecem ser destacados como principais fatores que, se não forem bem trabalhados, podem contribuir para o estabelecimento de uma relação de tal forma assimétrica que impossibilite o alcance dos objetivos da pesquisa: o fato de que é “o pesquisador que inicia e estabelece as regras do jogo” e a possível dissimetria social entre a posição do pesquisador e a do pesquisado (Bourdieu, 1999, p. 695).

Como observa Bourdieu (1999), a dissimetria entre as posições de pesquisador e de pesquisado “é redobrada por uma dissimetria social todas as vezes que o pesquisador ocupa uma posição superior ao pesquisado na hierarquia das diferentes espécies de capital, especialmente o capital cultural” (p. 695).



No caso de pesquisas com crianças, a desigualdade estrutural entre pesquisador e pesquisado está posta:

Crianças e jovens não são apenas diferentes do adulto pesquisador. Eles ocupam posições de sujeitos, na sociedade e na cultura, estruturalmente desiguais em relação aos adultos: são menores juridicamente, considerados dependentes do ponto de vista emocional, imaturos do ponto de vista educacional e social, e incapazes do ponto de vista político (Castro, 2008, p. 21).

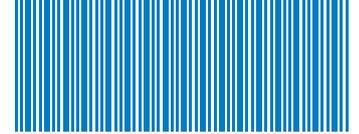
Zaluar (1986 *apud* Sato; Souza, 2001) alerta para o risco de pessoas entrevistadas informarem apenas o que consideram que o “pesquisador branco, culto e erudito” (e adulto!) quer ouvir, ou então, o que acham que ele deva ouvir. Assim, como afirmam Sato; Souza (2001), o pesquisador deve atentar para o risco dos relatos caricaturais, que não geram uma verdadeira pesquisa.

Para evitar tais riscos, alguns autores sugerem estratégias para serem consideradas antes e durante a relação com os pesquisados, sobre as quais nos deteremos na terceira parte deste texto, que trata de caminhos e desafios a serem enfrentados na pesquisa com crianças. Antes, porém, convém explicitar especificidades do lugar da criança, que podem complexificar ainda mais o entendimento da relação pesquisador e pesquisado.

2. Especificidades do lugar da criança e implicações para a pesquisa

Explicações psicológicas do desenvolvimento da criança construídas no início do século XX e teorias funcionalistas sobre o processo de socialização inspiradas em Durkheim e Parsons dominaram, até recentemente, os estudos sobre a infância (James; Prout, 1997). Ainda hoje, esses parecem ser os enfoques dominantes nessa disciplina, mas, desde as décadas de 1970 e 1980, tais perspectivas não podem mais ser consideradas hegemônicas, pois importantes vozes dissonantes – as dos pesquisadores que participam da construção dos novos paradigmas nos estudos da infância – propõem outras formas de pensar a infância e as relações entre as idades. Uma ruptura epistemológica que questiona o antigo arcabouço teórico, especialmente quanto à sua ênfase na racionalidade, na naturalidade e na universalidade.

O surgimento desses novos paradigmas pode ser visto também como produto de um movimento geral de revisão metateórica das



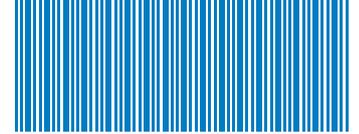
disciplinas que compõem as Ciências Sociais e Humanas (Sirota, 2001). No contexto da redescoberta da Sociologia Interacionista, que sofreu influências da fenomenologia e da consolidação das abordagens construcionistas, esse movimento se caracteriza por uma releitura do conceito de socialização e pela ênfase no ator (Sirota, 2001; Montandon, 2001).

Para os novos estudos sociais da infância, a criança passa de objeto de socialização a ator social, de futuro adulto a criança historicamente contextualizada. A socialização deixa de ser vista como uma questão de adaptação ou interiorização de normas e padrões sociais e começa a ser entendida como um processo de apropriação, de inovação e de reprodução (Montandon, 2001): as crianças, assim como os adultos, são agentes do processo de socialização de adultos e de outras crianças.

Portanto, a infância deixa de ser vista como fenômeno biológico, natural e universal, para ser entendida como construção social, variável de uma cultura para outra; deixa de ser concebida apenas como um momento precursor, passando a ser vista, também, como constitutiva e constituinte da cultura e da sociedade. São, portanto, profundas as transformações do modo de olhar a infância propostas pelos pesquisadores desses novos estudos. Daí a consideração de que estaríamos frente a novos paradigmas.

Trata-se de um campo acadêmico buscando legitimar-se e demarcar seu território. É um campo de conhecimento em construção, caracterizado, ainda, por certa fragmentação resultante, em parte, da diversidade de questões exploradas (Montandon, 2001), das origens disciplinares das pesquisas, bem como da diversidade de países em que tais estudos estão situados, em especial Portugal, França, Inglaterra, Alemanha e países escandinavos. Porém, alguns autores (Sirota, 2001; Montandon, 2001; James; Prout, 1997) identificam os princípios centrais que têm orientado os estudos pautados por esses novos paradigmas. James; Prout (1997) ofereceram uma síntese que constituiu em marco na busca pela integração dos vários estudos que compõem o campo, conhecido como “novos paradigmas no estudo da infância”. Ela se resume nos seis pontos destacados abaixo.

1. A infância é uma construção social. A instituição da infância oferece uma estrutura interpretativa para a compreensão dos primeiros anos da vida humana. Nesses termos, é a imaturidade biológica, em vez da infância, a característica natural e universal dos grupos humanos. Como caminho de compreensão desse período, a instituição da infância varia de acordo com a cultura, apesar de formar um componente cultural e



estrutural específico em todas as sociedades conhecidas.

2. A infância, como uma variável de análise social, não pode ser totalmente separada de outras variáveis como classe, gênero e etnia.

3. Relações sociais e culturas de crianças merecem ser estudadas por si mesmas, independente da perspectiva e das preocupações dos adultos.

4. Crianças são e devem ser vistas como atores envolvidos ativamente na construção de suas próprias vidas, na vida daqueles que as cercam e da sociedade em que vivem. Crianças não são apenas objetos passivos de estruturas e processos sociais.

5. A etnografia é uma metodologia que pode ocupar um lugar especial no desenvolvimento de uma nova sociologia da infância, já que permite à criança uma voz mais direta na produção de dados sociológicos do que usualmente é possível através de pesquisas experimentais e pesquisas de campo¹.

6. A infância é um fenômeno em relação para o qual a dupla hermenêutica das ciências sociais está fortemente presente (ver Giddens, 1976). Isso significa que proclamar um novo paradigma da sociologia da infância é também engajar-se e se responsabilizar pelo processo de reconstrução da infância na sociedade (James; Prout, 1997, p. 8).

Estes novos paradigmas orientam, portanto, o olhar para novas problematizações sobre a infância, bem como a eleição de outras estratégias para estudá-la. Conforme afirma Quinteiro (2009), “tudo leva a crer que a emergência do objeto infância questiona os modos de abordagem, não só no plano conceitual como também no metodológico” (p. 40).

3. Alguns caminhos, muitos desafios

Se, por um lado, devido à singularidade de cada encontro, uma postura metodológica que oriente a convivência entre pesquisador e pesquisado não pode ser inteiramente ensinada, como alguns pesquisadores alertam (Sato; Souza, 2001), por outro, dada a relevância do tema, a explicitação de pontos de atenção e de recomendações gerais propicia reflexões importantes para a inserção no campo.

Em primeiro lugar, para planejar a pesquisa e inserir-se no campo é fundamental ter claro a delimitação do objeto de estudo e da natureza deste objeto, pois tal delimitação irá informar sobre as maneiras através das quais o objeto se expressa.

Considerando que não é possível uma entrada neutra no campo, Sato e Souza (2001) lembram a importância do reconhecimento

1. Apesar de muitos autores do campo enfatizarem a abordagem etnográfica para a busca da perspectiva das próprias crianças, outros, como Qvortrup (2010), insistem também na necessidade de assumir a infância, ou a geração, como categoria estrutural da sociedade em abordagens macrosociais e também quantitativas.



das teorias e hipóteses, por vezes implícitas, que o pesquisador carrega. No caso de pesquisas com crianças, a concepção do pesquisador sobre esses sujeitos irá definir a relação com eles, além de fundar, como aponta Castro (2008), o próprio saber científico a ser produzido. A autora exemplifica:

[...] ela [a desigualdade estrutural] pode se naturalizar ao se assumir como inevitável e inquestionável a posição de desigualdade da criança e do jovem no mundo e, também, conseqüentemente, no dispositivo de pesquisa. Ou pode ser problematizada, tendo-se em vista uma outra concepção de infância e de juventude que determina, conseqüentemente, outros modos de encaminhamento do dispositivo de pesquisa (p. 21).

Outro ponto importante a ser considerado é que, como afirma Bourdieu (1999), só é possível lidar no campo com os efeitos da estrutura social se houver reflexividade. É o que apontam também pesquisadores da área da infância (Christensen; James, 2000 *apud* Castro, 2008): a pesquisa com crianças deve contar com uma permanente ponderação sobre seus objetivos, métodos e resultados. Tal ponderação pode pôr em jogo a própria legitimidade da pesquisa.

Acredito que essa reflexividade deva levar em conta também questões de ordem ética e política, e uma das perguntas mais importantes, nesse sentido, é se os resultados das pesquisas são tão relevantes, úteis e inteligíveis para as crianças e jovens como o são para os adultos que as realizaram. Se não o são, parece fundamental questionar o próprio dispositivo de pesquisa [...] (Castro, 2008, p. 22).

A reflexividade, conforme afirma Bourdieu (1999), precisa configurar de tal ordem a postura do pesquisador que pode ser caracterizada como uma “reflexividade reflexa”, baseada num “olho sociológico” (p. 694). E ela deve estar presente em todos os momentos da pesquisa: do planejamento até a escrita do texto.

É, nesse sentido, que o autor afirma ser muitas vezes insuficiente agir apenas na interação de pesquisadores e pesquisados. Para ele, é necessário cuidar da própria escolha das pessoas entrevistadas e de seus entrevistadores. Em suas palavras: “a proximidade social e a familiaridade asseguram efetivamente duas das condições principais de uma comunicação ‘não violenta’ (p. 697)”. Essas duas condições seriam a garantia ao entrevistado contra a ameaça de redução de suas razões subjetivas a causas objetivas e um acordo sobre os pressupostos relativos aos conteúdos e às formas de comunicação. O relato de Alderson (2005) é exemplificador dessa proposta:



Quando entrevisto pessoas deficientes ou negras, acho que, embora discutamos dificuldades que surgem da discriminação, também estamos parcialmente dissimulando nossas diferenças para tentar manter relações iguais e respeitadas. Em contraste, quando pesquisadores negros falam com entrevistados negros, suas experiências comuns dessas diferenças lhes permitem explorá-las muito mais profundamente (Scott, 1998) e essa exploração compartilhada pode se aplicar às pesquisas de crianças sobre crianças (p. 437-438).

Assim, na direção proposta por Bourdieu, alguns pesquisadores da área da infância têm inovado ao utilizar crianças para interrogar crianças e têm alcançado importantes resultados em tais pesquisas. Eles afirmam que a sugestibilidade (imputada à fala das crianças no contexto de pesquisa com adultos) pode ser superada na relação criança/criança (Delfos, 2003; Alderson, 2005).

Definidos entrevistadores e entrevistados, é necessário conhecer bem o contexto local que será pesquisado, pois, como afirmam Sato e Souza (2001), “embora não façamos parte daquele grupo, há determinadas regras válidas para qualquer um que passe do portão para dentro” (p. 39). Conhecer a cultura local é importante para o estabelecimento da relação do pesquisador com o pesquisado. Quando se trata de investigações com crianças, ou com outros grupos tradicionalmente subordinados, essa recomendação é ainda mais enfatizada, como verificam Vicentin e Prado (2010) em seu levantamento bibliográfico sobre ética na pesquisa com crianças. Isso porque o conhecimento da cultura local por parte do pesquisador pode ser importante para evitar constrangimentos adicionais para as crianças e sua família no contexto da pesquisa (Campos, 2005; Mann; Tolfree, 2003).

No constante repensar sobre sua prática, o pesquisador deve também ter certa flexibilidade, sendo capaz de adequar sua pesquisa, a qualquer tempo, às necessidades das crianças e dos adolescentes (Sigaud *et al.*, 2009; Mubarak Sobrinho, 2008), para tanto é importante, por exemplo, que ele tenha criatividade quanto às estratégias e técnicas (Delgado; Müller, 2005; Soares; Sarmiento; Tomás, 2004).

Outra recomendação feita por Bourdieu (1999) é buscar compreender o sentido da pesquisa e das relações que ela estabelece para o pesquisado, pois é partindo da distância percebida entre os sentidos que a pesquisa adquire para o pesquisador e para o pesquisado que o investigador poderá “tentar reduzir as distorções que dela resultam, ou, pelo menos, compreender o que pode ser dito e o que não pode, as censuras



que o impedem de dizer certas coisas e as incitações que encorajam a acentuar outras” (p. 695).

Quanto à postura do pesquisador na interação com o pesquisado, o autor propõe o que chama de “escuta ativa e metódica”, uma postura diferente tanto da não intervenção da entrevista não dirigida, quanto do direcionamento extremo do questionário. Não se trata, nesse sentido, de captar um “discurso natural”, influenciado o menos possível pela dissimetria cultural, mas de construir esse discurso com o sujeito, reconhecendo-se nessa construção. Segundo Bourdieu (1999),

[tal postura] associa a disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular, que pode conduzir, por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar sua linguagem e a entrar em seus pontos de vistas, em seus sentimentos, em seus pensamentos, com a construção metódica, forte, do conhecimento das condições objetivas, comuns a toda uma categoria (p. 695).

Essa postura proposta vale, é claro, para investigações com adultos e com crianças, já que na perspectiva aqui adotada, assim como o adulto, a criança é um sujeito competente, que constrói significados com base em seu ponto de vista particular. Concordando com Castro (2008), é possível perceber o pesquisador como um agente que se caracteriza como parceiro na produção de significados para a experiência da criança, do adulto ou de ambos. O pesquisador não é, portanto, alguém de fora, que não ‘contamina’ o discurso da criança, mas alguém que participa e deixa sua marca em todo o processo de pesquisa.

Assim, como afirma Castro (2008), “a estrutura de desigualdade não é abolida ao se dar outra conformação ao dispositivo de pesquisa, mas pode-se problematizar as posições identitárias de pesquisador e de pesquisado, favorecendo a subversão de uma ordenação unívoca do processo de pesquisa” (p. 39).

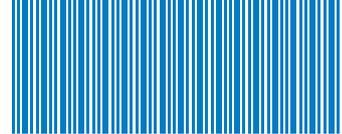


REFERÊNCIAS

- ALDERSON, P. *As crianças como pesquisadores: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa*. Educ. Soc., Campinas, v. 26, n.º. 91, mai./ago. 2005, p. 419-442.
- BOURDIEU, P. Compreender. In: BOURDIEU, P. (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CAMPOS, M. M. *Por que é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa científica*. Seminário Ouvindo Crianças. Fortaleza: UFC, 29 jun. 2005.
- CASTRO, L. R. de. Conhecer, transformar(-se) e aprender: pesquisando com crianças e jovens. In: CASTRO, L. R.; BESSET, V. L. (org.) *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008.
- CUSSIANOVICH, A.; MARQUEZ, A. M. *Participação das crianças e adolescentes como protagonistas: documento de discussão elaborado para a Save The Children Suécia*. Brasil: Save the Children, 2002.
- DELFO, M. F. *Me escuchas? Como conversar con niños de cuatro a doce años*. Amsterdam: Bernard van Leer Foundation, 2003.
- DELGADO, A. C.; MULLER, F. Abordagens Etnográficas nas Pesquisas com Crianças e suas Culturas. In: *28ª Reunião Anual da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação*, Caxambu - MG. CD ROM 28ª ANPED. RIO DE JANEIRO: ANPED, 2005.
- DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. G. *Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FARIA, A. L. G. et al. Prefácio à 3ª ed. In: FARIA, A. L. G.; DEMARTINI, Z. de B. F.; PRADO, P. D. *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com criança*. Campinas: Autores Associados, 2009 (3ª ed.).
- FREITAS, R. R. *O tema trabalho infanto-juvenil na mídia: uma interpretação ideológica*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, tese de doutorado em Psicologia Social, 2004.
- JAMES, A.; PROUT, A. (org.). *Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the Sociological study of childhood*. New York: Routledge Falmer, 1997.



- MANN, G.; TOLFEE, D. *Children's participation in research: Reflections from the Care and Protection of Separated Children in Emergencies Project*. Suécia: Save the Children, 2003.
- MONTANDON, C. *Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa*. Cadernos de Pesquisa, n. 112, mar. 2001, p.33-60.
- MORAES, R. V. *A produção acadêmica sobre trabalho infantil: um olhar nos periódicos científicos brasileiros (1981-2004)*. Marília: Universidade Estadual de São Paulo, dissertação de mestrado em Ciências Sociais, 2007.
- MUBARAC SOBRINHO, R. S. (2008). *Metodologias de investigação com crianças: outros mapas, novos territórios para a infância*. E-Cadernos CES, v. 2, 2008, p. 01-12.
- PRADO, R. L. C. *O tema trabalho infanto-juvenil em artigos acadêmicos de psicólogos(as): uma interpretação ideológica*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, dissertação de mestrado em Psicologia Social, 2009.
- QUINTEIRO, J. Infância e educação no Brasil: um campo de estudos em construção. In: FARIA, A. L. G.; DEMARTINI, Z. de B. F.; PRADO, P. D. *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com criança*. Campinas: Autores Associados, 2009 (3ª ed.).
- QVORTRUP, J. A infância enquanto categoria estrutural. In: *Educação e Pesquisa*. V. 36. n. 2. São Paulo: FEUSP, 2010, p. 631-643.
- _____. A voice for children in statistical and social accounting. In: JAMES, A.; PROUT, A. (org.). *Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the Sociological study of childhood*. New York: Routledge Falmer, 1997.
- ROCHA, E. J. *Auto-declaração de cor e/ou raça entre alunos(as) paulistanos(as) do ensino fundamental e médio: um estudo exploratório*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, dissertação de mestrado em Psicologia Social, 2005.
- ROSEMBERG, F. *Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil*. Revista Brasileira de Educação, n. 16, 2001, p. 19-26.
- SATO, L. Pesquisar e intervir: encontrando o caminho do meio. In: Castro, L. R.; Besset, V. (org.). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: NAU/ Faperj, 2008, p. 171-178.



_____; SOUZA, M. P. R. *Contribuindo para desvelar a complexidade da vida cotidiana através da investigação etnográfica em psicologia*. Psicologia USP, São Paulo, v. 12, n. 2, 2001, p. 29-47.

SIGAUD, C. H. de S. et al. *Aspectos éticos e estratégias para a participação voluntária da criança em pesquisa*. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 43, n. 2, dez. 2009.

SIROTA, R. *Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar*. Cadernos de Pesquisas, 112, 2001, p. 7-31.

SOARES, N. F. *A investigação participativa no grupo da infância*. Currículo sem fronteiras, v. 1, n. 6, 2006, p. 25-40.

SOARES, N. F.; Sarmiento, M. J.; Tomás, C. *Investigação da infância e crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças*. Sixth International Conference on Social Methodology: Recent Developments and Applications in Social Research Methodology, Amsterdam, 16-20 ago. 2004.

VICENTIN, M. C.; Prado, R. L. C. *Da ética na pesquisa com crianças: um levantamento bibliográfico*. XIII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico em Psicologia da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPPEP). Fortaleza: 6 a 9 de jun. de 2010.

WOODHEAD, M. *Combatting child labour: listen to what the children say*. In: *Childhood: A global journal of child research*, v.6, n. 1, 1999, p. 27-49.

